

# Revista Brasileira de História

*versão On-line* ISSN 1806-9347

Rev. bras. Hist. v.19 n.37 São Paulo Set. 1999

<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-01881999000100010>

## **Lugares malditos: a cidade do "outro" no Sul brasileiro (Porto Alegre, passagem do século XIX ao século XX)**

Sandra Jatahy Pesavento  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

### **RESUMO**

Este trabalho pretende fazer uma análise da especificidade do vocabulário de estigmatização urbana na cidade de Porto Alegre para designar certos lugares, personagens e práticas sociais. Esta linguagem da "alteridade condenada", que delimita a exclusão e a discriminação social, toma sua forma expressiva no momento da consolidação da cidadania, a partir do fim do século XIX, até as duas primeiras décadas do século XX.

**Palavras-chave:** Cidade; História Cultural; Exclusão Social.

### **ABSTRACT**

This paper presents the analysis of the vocabulary specificity concerning the urban stigmatization in the city of Porto Alegre. Such vocabulary is used to name certain places, people and social practices. This language of a "condemned strangeness", which marks the exclusion and the social discrimination, takes its expressive shape when the concept of citizenship was consolidated from the end of the XIXth century on, until the first decades of the XXth century, through words that identify and qualify the city.

**Keywords:** City; Cultural History; Social Exclusion.

"- Quando eu emprego uma palavra, declarou Humpty Dumpty, com um tom bastante desdenhoso, ela quer dizer exatamente aquilo que eu quero dizer... nem mais nem menos.

- A questão é saber se você pode obrigar as palavras a querer dizer tantas coisas diferentes. [Alice]

- A questão é saber quem será o mestre, isto é tudo. [Humpty Dumpty]"  
Lewis Carrol\*

A conversa de Alice com o ovo falante - Humpty Dumpty -, em *O outro lado do espelho*, nos faz mergulhar fundo no domínio das representações, este mundo paralelo de sinais que dá coerência e significado à realidade. E, com perdão antecipado pela possível heresia que se segue, remete-nos ao pensamento de Bourdieu, que situa as representações sobre o real, expressas através da linguagem, no âmago de um jogo de poder.

Bourdieu nos fala que as palavras e os nomes que constroem a realidade social são tanto alvo quanto fruto de uma luta política<sup>1</sup>, o que faz com que possamos definir o real como um campo de lutas para definir o que é real<sup>2</sup>. Neste sentido, atribui à representação do mundo um ato de magia social, pelo qual as palavras têm o poder de fazer existir ou inexistir aquilo que existe<sup>3</sup>.

Assim, aqueles que detêm o poder estabelecem os registros de linguagem que definem e atribuem sentido à realidade, expressando o resultado de um enfrentamento de forças que tem lugar no plano das relações de poder. É nesta medida que as trocas lingüísticas podem ser entendidas como relações de poder simbólico<sup>4</sup>. Os exemplos clássicos dão-se através do discurso científico e do discurso político, que constroem um vocabulário específico que identifica, nomeia e atribui coerência, significado e valor ao mundo. Tais registros léxicos, componentes do discurso, constituem-se através de um processo que tem sua base nos mecanismos de dominação e consenso presentes no social, mas extrapolam esta dinâmica. Enquanto representação, partilham da aludida capacidade "mágica" referida por Bourdieu e são capazes de contribuir para a existência da coisa nomeada, o que, por sua vez, gera e normatiza práticas e avaliações sobre a realidade.

Naturalmente, estas mediações não se dão de forma unilateral, na forma de uma dominação unívoca e incontestada, por um lado, ou de uma legitimação sem restrições, por outro. Como refere Bourdieu:

O valor do discurso depende das relações de forças que se estabelece concretamente entre as competências lingüísticas dos locutores, entendidas às vezes como capacidade de produção e capacidade de apropriação e apreciação<sup>5</sup>.

Desta forma, mesmo que definida a linguagem sobre o mundo a partir dos detentores deste poder de atribuição de sentido ao real, a apropriação pode ser transformada e adquirir novos sentidos no vocabulário dos "consumidores das palavras".

Interessa-nos, de modo especial, penetrar no mundo das representações da linguagem que definem o espaço social. Ora, o espaço social se organiza segundo a lógica da diferença, e as palavras que o representam traduzem, de maneira simbólica, estas distâncias, desigualdades e diferentes formas de ser<sup>6</sup>.

Tomemos o caso da cidade, espaço físico e social que se traduz num vocabulário específico que induz a determinadas percepções e avaliações. Neste trabalho, enfocamos a especificidade da linguagem da estigmatização urbana, que visualiza uma "cidade maldita" ou "condenada" dentro de uma cidade concreta, tomada para análise.

Estas possibilidades de "ler" a cidade, para além do que se poderia chamar o seu "espaço real", partindo das palavras e imagens que a representam, têm sido objeto de múltiplas abordagens e vêm ganhando expressão nos estudos, mais ou menos recentes, que se voltam para o que chamaríamos de "imaginário urbano"<sup>7</sup>.

Partamos de um espaço determinado - a cidade de Porto Alegre - em uma dada temporalidade - a passagem do século, mais precisamente as duas últimas décadas do século XIX e as duas primeiras

do XX. Neste contexto, nosso acesso ao mundo urbano se deu por meio das palavras<sup>8</sup>, entendendo-as como uma das formas de construção do espaço da cidade e dirigindo nosso olhar para o léxico que produz significados pejorativos.

Enquanto organização semântica que confere sentido aos lugares, a linguagem de estigmatização transforma o espaço num objeto qualificado, no qual as palavras compõem o registro da diferença. Ao estabelecer o jogo entre o social e o espaço, pela intermediação da palavra, não se quer reduzir um ao outro, nem delimitar um processo no qual a palavra seja a descrição ou o reflexo da realidade vivida, mas sim entender que esta nomenclatura é feita a partir de um sistema classificatório que se apóia no simbólico.

A linguagem da estigmatização configura uma condição atribuída, que expressa uma alteridade condenada. As correspondências se estabelecem nos registros de língua constituindo os lugares malditos que têm como contraponto e referência uma identidade desejada, composta pelo discurso erudito e/ou técnico. A formulação do "nós" identitário sonhado, que corresponde ao mundo dos cidadãos, do espaço urbano normatizado e da vida regrada, constitui-se necessariamente numa dimensão relacional: a cidade da ordem existe por "causa" e "contra" a alteridade denunciada. Assim, esta linguagem da alteridade condenada, que delimita a exclusão e a discriminação social, toma a sua forma expressiva no momento da emergência da cidadania, na virada do século.

O léxico que designa espaços e lugares da cidade mediatiza, pois, valores, julgamentos e preconceitos, condenando práticas sociais e atores.

O enfoque desta análise será centrado nos registros de língua que, identificando, nomeando, qualificando e classificando os espaços, são construtores da cidade. No caso da linguagem de estigmatização, constróem uma cidade particular - a incômoda, indesejada, inquietante e problemática cidade dos maus lugares.

Neste contexto, as palavras que compõem a cidade estigmatizada têm uma origem social delimitada: desde cima e desde fora do espaço enunciado. Mas o poder quase mágico da palavra em definir o real é introjetado, difunde-se, socializa-se e pode ser incorporado pelos próprios habitantes de tais lugares condenados. A cotidianidade da vida, os percursos urbanos e a fácil identificação do nome ao lugar os perpetua e os faz serem incorporados no sistema de referências para os espaços da cidade.

Tais registros de linguagem são, por vezes, portadores de uma significação depreciativa explícita, denunciando a discriminação de forma extremamente clara. Por vezes, a palavra acusa uma oposição de sentidos, que se revela irônica e mordaz, ou ainda opera por um jogo de transferência de vocabulários de uma situação em que o conteúdo do estigma se associa a um nome e passa a circular no vocabulário urbano, numa persistência do estigma mesmo após a eliminação dos usos e/ou atores que emprestaram a designação pejorativa àqueles espaços.

Nosso *corpus* de análise, que investiga as palavras da "cidade condenada" enquanto emissão, apóia-se mais nos registros de linguagem não oficiais do que naqueles oriundos de uma designação administrativa, técnica ou erudita. Na maior parte das vezes, estas palavras da cotidianidade, que nos chegam pelos jornais, crônicas, romances e memórias, são endossadas pelos documentos oficiais da municipalidade, após a constatação do seu uso pelos moradores. Portanto, a nomenclatura do cotidiano difunde-se, legitima-se e é incorporada pela linguagem culta, que passa a adotar as classificações de uso corrente e vulgar, freqüentemente precedidas de comentários do tipo "assim nomeado pelo povo (...)", "como é conhecido pelo vulgo (...)". A atribuição original das palavras, com significado depreciativo, parte sem dúvida daqueles que se constituem como cidadãos, sejam eles da elite propriamente dita ou dos setores médios urbanos, autores do registro léxico

discriminador, mas se incorporam no vocabulário corrente, passando a figurar na fala autorizada dos gestores da cidade.

Nossa cidade em questão - Porto Alegre - tem início na segunda metade do século XVIII, a partir de um modesto burgo açoriano, disposto na beira da praia, às margens do Guaíba. Sua posição estratégica, na encruzilhada dos caminhos entre o litoral e o interior, o norte e o sul, faz do pequeno núcleo um ponto comercial e, ao mesmo tempo, uma zona de refúgio para a população que habita mais ao sul, na região ameaçada continuamente pelas invasões castelhanas. Tornou-se capital (1773) antes de ser elevado a cidade (1822), o "Porto dos Casais" passa a chamar-se Porto Alegre. Nesta mesma época, a pedido do governador, um engenheiro militar traça as principais ruas, em paralelo, no sentido leste-oeste, a acompanhar a projeção do território no estuário do rio Guaíba. Logo a seguir, em 1778, erguem-se fortificações em torno da cidade, para protegê-la das invasões castelhanas. Estas "muralhas" defensivas são, na verdade, altas cercas de madeira circundadas por um fosso ou valo. Consideradas necessárias numa região marcada pela guerra em função da proximidade da fronteira, as muralhas de Porto Alegre, mesmo depois de demolidas, em 1845, permaneceram no imaginário popular como o limite simbólico a delimitar o centro, a "verdadeira cidade", dos arrabaldes e depois bairros.

Porto Alegre tem um crescimento expressivo ao longo do século XIX: de modesto burgo de origem luso-açoriana, com 3.927 habitantes em 1803, a cidade atinge 42.115 em 1888 e 73.274 em 1900. Este aumento da população deve-se não só à situação de capital política e administrativa, mas, sobretudo, ao desenvolvimento comercial de seu porto, ao afluxo de imigrantes alemães e italianos e ao fato de se tornar, no processo de desagregação da escravatura, o maior centro receptor de negros libertos.

Com a instalação da república, em 1889, um governo autoritário, que tem no positivismo de Augusto Comte a matriz inspiradora de sua conduta política e administrativa, formula um "programa de governo". Este visa proporcionar um desenvolvimento econômico global para o Estado, projeto este que implica, face a um Rio Grande predominantemente agropecuário, privilegiar também a dinamização da indústria e a renovação urbana.

Este programa se desenvolve de forma paulatina, ao longo dos 40 anos da chamada "República Velha" (1889-1930), e as preocupações com a modernização da cidade seguem também uma evolução gradual, constituindo uma questão recorrente: Porto Alegre se quer burguesa, bela, moderna, higiênica, ordenada... e branca. Neste sentido, os espaços estigmatizados da urbe podem ter "cor" precisa, e o vocabulário que designa a cidade indesejada também pode estabelecer uma associação racial/étnica com avaliações de natureza social, econômica e moral.

Neste trabalho, levamos em consideração o léxico que designa os espaços da diferença estigmatizada tanto enquanto bairros ou áreas da cidade quanto como ruas, imóveis, habitações.

Na nomenclatura dos espaços malditos, a linguagem da discriminação delimita estes territórios urbanos em duas instâncias: a dos "lugares de enclave", que os situa interpenetrados e lado a lado, com espaços da "cidade da ordem" e o dos "lugares da exclusão", que marcam uma espécie de cinturão pobre (e predominantemente negro) em torno da "verdadeira" cidade.

Considerando o estabelecimento dos limites urbanos definidos pela Intendência Municipal, por meio do Ato nº 12, de 31.12.1892<sup>2</sup>, e que dividiu a cidade em quatro distritos, constata-se que os "lugares de enclave" acima aludidos concentravam-se no 1º distrito, região mais populosa da cidade e que era entendida como o Centro. O 1º distrito abrigava o núcleo cívico e administrativo e a zona comercial, além de ser a área onde se erguiam os sobrados e casarões, alguns denominados "palacetes", de propriedade da elite urbana da época.

Em meio a esta área central, inseriam-se os "lugares de enclave" da discriminação, a revelarem o crescimento anárquico do centro urbano. Correspondia ao que, grosso modo, poderia ser visualizado como a cidade intramuros, delimitada pelas fortificações que existiram entre 1778 e 1845.

Se a cidade tivera, com a delimitação dos seus eixos principais, um esboço de plano para o estabelecimento do traçado urbano, em volta daquelas ruas se processou um crescimento desordenado e sem alinhamento.

Outras vias nasceram, "espontaneamente", ao sabor da ocupação daqueles com menos recursos, a cortarem perpendicularmente as ruas principais, no mais da vezes, ou para delas se aproximarem, convergentes ou oblíquas. Revelavam, pela sua disposição, um crescimento da cidade que se distanciava do seu traçado inicial e oficial de ruas paralelas.

No que chamamos "lugares de enclave", há palavras específicas para designar as ruas e as habitações dos pobres e, particularmente, negros, que ocupavam as zonas "nobres" do centro da cidade numa coexistência indesejável com as ruas da elite. Estas ruas da alteridade condenada são chamadas "becos". Na situação de enclave, os "becos" surgiram na "cidade alta", no coração do centro urbano, cortando as artérias principais da urbe, nas encostas do promontório que se projeta no rio. Havia "becos" nas vertentes que desciam, ao norte, para a rua da Praia e para o porto, ou ao sul, na descida rumo à zona alagadiça da Praia do Riacho. "Becos" havia ainda no correr paralelo das ruas principais, ou sinuosos e enviesados, a quebrarem a harmonia de um projeto e de um possível e perdido traçado em xadrez.

O "beco", na sua acepção usual, é uma rua estreita e curta, geralmente fechada num extremo. "Beco" poderá ainda, numa acepção brasileira, designar esquina e, numa expressão figurada - "beco sem saída" - referir-se a uma situação difícil, embaraçosa. Quer parecer que, no caso em pauta, os "becos" seriam tanto as ruas estreitas e curtas, de designação genérica, quanto evocariam o significado da expressão figurada, como lugares difíceis e causadores de problemas a quem neles se aventurasse. Na contramão das intervenções urbanas, os "becos" eram o espaço da contra-ordem. A sua destruição se impunha, para a modernização do espaço urbano, com o que se eliminariam as socialidades indesejadas. Símbolos do atraso, os "becos" seriam o alvo de um discurso ao mesmo tempo técnico, higienista, estético e moralista que visava varrer os pobres do centro a cidade e que passa a se veicular com força após a República, na última década do século.

Sem ser necessariamente uma viela ou rua sem saída, o "beco" é altamente pejorativo, como palavra que designa um lugar. Enquanto visual, é uma rua pequena e estreita, pelo que pode receber também a designação de "travessa". Mas a "travessa" não comporta a carga pejorativa do "beco". A palavra beco abarca sentidos mais amplos do que a rua de dimensões reduzidas.

Na voz dos jornais da época, os "becos" são sempre sórdidos, sujos, escuros, imundos. A designação alude à imagem da cidade que se quer destruir: é opróbrio, atraso, velhice, feiúra, crime e vício. Não há outro sentido, não há emprego que o exima do conteúdo pejorativo inequívoco. Perante os artigos da imprensa ou os documentos oficiais da municipalidade, a existência dos "becos" no centro da cidade, numa situação de enclave, era denunciada como constrangedora. O seu visual não só acanhado, mas vicioso e imoral, obrigava os moradores da "cidade alta" a estabelecerem verdadeiras estratégias de percurso para evitarem de passar por tais lugares, verdadeiros "antros", "covis" que ofendiam a moral, a estética e as normas de higiene e dos preceitos modernos de urbanização.

O "beco" é, neste sentido, não apenas a rua pequena e estreita, com visual feio, escuro e sujo, mas também denota a situação difícil e embaraçosa, criada pela coexistência do desnível social numa

mesmo espaço. A campanha para a destruição dos "becos" seria tão intensa que o jornal *A Gazetinha* enviou, em 1898, um repórter ao muito célebre Beco do Poço, no coração da cidade. A publicação desta "descida aos infernos" causou alvoroço em Porto Alegre:

Eram talvez 09 horas da noite. O tal Beco parece mesmo apropriado para ter, em meio de sua extensão, um lupanar; a impressão que se recebe, ao transitar no mesmo, é péssima. Aqui e ali, de um lado e de outros, há mulheres de má vida à janela ou junto à porta de suas pequenas moradias e a palestrarem em altas vozes com soldados, marinheiros e crioulos debochados - a palestra é pontuada por palavras obscenas; mais adiante há uma venda cheia de uma freguesia barulhenta, no meio da qual as mulheres tomam cachaça<sup>10</sup>.

A descrição revela não só a sordidez do ambiente, mas os seus moradores e freqüentadores, todos na "contramão da vida". Na mesma linha de avaliação, o jornal *O Independente*, no início do século, asseverava sobre o Beco do Fanha:

Os moradores são ou vagabundos incorrigíveis ou prostitutas da mais baixa esfera, infelizes que às vezes nem têm o que comer e que, para poderem pagar o aluguel das casas, aglomeram-se 6 ou 8 em casas que com dificuldades conteriam 03 moradores. Nestas casas, a imundície é das mais flagrantes, sendo os apartamentos ao mesmo tempo sala, dormitório, sala de jantar, cozinha e latrina<sup>11</sup>.

Espaço maldito da urbe, os "becos" não eram atingidos pelos melhoramentos urbanos pelos quais se empenhava a municipalidade. A qualificação dos lugares colocava-os no oposto das intenções dos políticos e técnicos, que objetivavam tornar o 1º distrito o "cartão de visitas" da cidade. O centro era assim a área na qual se centralizavam as ações da municipalidade e o beco o espaço maldito e condenado.

Tais espaços, definidos como tortos, estreitos, mal calçados, irregulares, enlameados e mal iluminados, comportavam edificações também qualificadas por uma linguagem de estigmatização que abarcava a "alteridade condenada", tendo em vista as suas utilizações. Seus estabelecimentos típicos eram designados por "espeluncas, bodegas e bordéis", com funções bem delimitadas, além daqueles outros que compunham as habitações dos moradores pobres da cidade. A "espelunca" designa um lugar escuro, sujo, mal freqüentado, sórdido, escuso, onde se joga. Também chamada de "casa de tavolagem", a "espelunca" é sobretudo um local mal freqüentado, onde o aspecto feio e mal tratado se associa a práticas ilícitas e realizadas às escondidas. A "espelunca" é, assim, um "antro do vício" - o jogo, no caso -, onde se potencializam e estimulam a bebedeira, o crime, o linguajar de baixo calão e os atos obscenos. Dizer que o estabelecimento de alguém é uma "espelunca" é agressão direta tanto ao lugar quanto a seu proprietário e freqüentadores. Num deslizamento de sentido, mas sempre a indicar um local de vício e contravenção, a "espelunca" pode ter uma conotação popular mais ampla, designando toda sorte de estabelecimentos públicos que propiciavam o crime e o mau proceder, e não só a bebida. Como dizia *A Gazetinha*, em 1896: "Na quadra calamitosa que atravessamos, com as espeluncas existentes na capital, raro é o dia em que o cadastro da polícia não registra fatos vergonhosos"<sup>12</sup>.

Ou, ainda, a "espelunca" pode ser identificada como "bordel", como no artigo que se refere ao conhecido estabelecimento deste tipo de propriedade de Maria Marte, designado como "a espelunca da Marte"<sup>13</sup>.

Esta extensão do uso da palavra pode ser ainda dilatada, como, por exemplo, quando o termo é usado para a designar não mais um estabelecimento público condenável, mas uma habitação coletiva popular de aspecto miserável. Como vem expresso no comentário de um articulista da

*Gazeta da Tarde*: "E eu fiquei pensando no mal que nos causam estas imundas espeluncas e focos de todas as epidemias, existindo contra todas as disposições legais<sup>14</sup>."

A rigor, o "beco" é inseparável da "espelunca", assim como da "bodega". Chamada também de "boteco" ou "tasca", a palavra indica o estabelecimento onde se vende bebida alcoólica, freqüentada por gente de baixa extração social e, sobretudo, de mau viver. É ainda a "taberna" ou "taverna", mas que, cotidianamente, é chamada pelo termo mais vulgar de "tasca". Na sua acepção brasileira, "tasca" é o ato de dar ou tomar um pedaço de algo que se come ou se desfruta. Tascar é ainda "meter a mão" e, numa linguagem popularíssima, pode ser um ato que se estende às pessoas. O termo brasileiro "botequim", muito usado no Rio de Janeiro, não é tão freqüente no sul, embora também possa ser usado.

Nunca também extensão do emprego da palavra, a "tasca" pode vir a designar um "bordel", embora com ele não se confunda totalmente<sup>15</sup>. A linguagem da estigmatização, aproximando os vícios, pode propiciar o deslizamento de um registro para outro, prevalecendo o patamar de uniformização pejorativa.

Em geral, a "bodega" é um reduto de bêbados e vadios. A designação vai, pois, além da função do estabelecimento de vender bebida alcoólica, mas já denuncia o excesso do seu consumo pelos freqüentadores. Tanto a "bodega" como a "taverna" revelam a proximidade platina das palavras, que, no caso do segundo termo, denuncia a pronúncia hispânica da letra "v" original do termo como um "b". As colunas dos jornais estão cheias de incidentes policiais, que vão desde a desordem ao assassinato, e que têm como palco a bodega, situada no interior do beco e envolvendo seus freqüentadores:

Hoje, à 1 e ½ hora da tarde, deu-se um conflito no beco do Poço (...). Em uma bodega ali existente, de propriedade do português Francisco de tal, travaram-se de razões o cabo (...) João Soares de Oliveira e o crioulo Francisco Gonçalo. Foi causa da rixa o ciúme, porque ambos os contendores estavam enlevados por Odorica, meretriz residente no referido beco<sup>16</sup>.

A constante no registro lingüístico é a avaliação moralizante que condena tais estabelecimentos: "bodegas" imundas, freqüentadas por gente de pior espécie<sup>17</sup>.

Todos estes não são exatamente tipos de habitações, mas prédios acanhados, com funcionalidade típica no interior do beco, compondo o quadro da condenação estigmatizada. O bordel, lupanar, prostíbulo ou "conventilho" completa o quadro peculiar do "beco". A designação do bordel como "conventilho" denuncia mais uma vez a situação fronteiriça do estado, que utiliza "palavras" do linguajar platino para nomear os espaços da contravenção.

O discurso moralizador, que se expressa pelos jornais de conotação mais popular ou mesmo dos setores médios urbanos, aos quais se junta as preocupações dos governantes da cidade, veicula as designações características da época: "Será liberdade da profissão acharem-se as mulheres de vida airada sentadas à frente de seus conventilhos"<sup>18</sup>.

O texto ironiza a postura do governo republicano, de inspiração positivista, que estabelecia a liberdade para o exercício das profissões no Rio Grande do Sul, sem necessidade de diploma...

De forma explícita e mesmo corriqueira, tais termos denunciam a conhecida função daqueles estabelecimentos típicos dos "becos", ou seja, abrigar o meretrício e as suas protagonistas: as tradicionalmente alcunhadas de meretrizes, rameiras, putas, prostitutas, tratadas ainda pela mais sofisticada denominação de "messalinas" ou pelos pitorescos nomes de "horizontais"<sup>19</sup> ou

"ratoneiras"<sup>20</sup>. Tais registros traduzem, no linguajar local, a desqualificação e a "coisificação" das praticantes daquele "triste ofício", como apontavam os periódicos da época.

Ao lado destes estabelecimentos, os léxicos da estigmatização urbana ainda registram a presença das "maternidades". Diferenciando-se dos bordéis, as "maternidades" eram "casas de encontros" clandestinos, freqüentadas não só por prostitutas, mas também por senhoras casadas, que as tornava ainda mais atentatórias à moral vigente.

Num complemento a este vocabulário que estigmatiza não só lugares, habitações e estabelecimentos, mas também as socialidades e os atores de tais espaços, caberia registrar o emprego do termo francês *rendez-vous* para designar o bordel ou a casa de encontros, muito difundido na época. Da mesma forma, por vezes é utilizado o termo do *demi-monde* para os freqüentadores de tais espaços, o que identifica a leitura e assistência da peça de Alexandre Dumas Filho no teatro da cidade, a partir da década de 1880<sup>21</sup>.

É interessante notar que as proprietárias destes estabelecimentos, além da usual designação de cafetinas, são também chamadas de bodegueiras ou donas de espeluncas. Ou seja, a generalização do estigma para tais espaços uniformiza as nomações, passando a designar um local pelo outro.

Recortada por um número significativo de "becos", Porto Alegre teria alguns particularmente célebres: o Beco do Poço, no coração da cidade, foi aquele que enfrentou a maior campanha ofensiva dos jornais e autoridades. Era pródigo em bordéis, dos quais o mais célebre de todos, de propriedade da crioula Fausta, tinha um quarto especial para receber o bispo da cidade... Igualmente famoso por seus prostíbulo e "bodegas" era também o Beco do Oitavo, com seu nome tirado da proximidade com o quartel do 8º Regimento de Infantaria, assim como o Beco do Céu, próximo à Praia do Riacho, com o nome a inverter significados, tal o inferno dos crimes e delitos que abrigava...

Não parece isto uma forte ironia? O céu é a mansão tranqüila e o beco não pode deixar de ser sossegado (...). Pois estamos enganados, o 'beco do céu' é o 'beco do inferno'. Ali freqüentemente há grossos 'banzés'<sup>22</sup>.

Alcunhado de *Olimpo diabólico*<sup>23</sup>, os jornais ironizavam dizendo que "o céu daquele beco está negro"<sup>24</sup>, numa alusão não só aos conflitos que aí se davam, mas também à reiterada presença de homens de cor que o freqüentavam...

Caberia lembrar, neste léxico urbano da estigmatização, outros espaços de enclave no centro urbano e que, no significado dos nomes, revelam significados inequívocos. É o caso da Rua dos Sete Pecados Mortais, alusiva às sete pequenas casas que lá havia, habitadas por moças de hábitos pouco recomendáveis, ou ainda da Praça do Paraíso, cuja nomenclatura aludia às delícias que aguardavam os rapazes que lá iam em busca de outras tantas moças, ditas como "cantadeiras" nas memórias de um cronista...<sup>25</sup>

Mas os registros da linguagem não apontam somente para os "becos" e estabelecimentos de explícita contravenção à ordem. O estigma se revela também para com as habitações dos pobres, fosse nos já mencionados "becos" ou fora deles, lado a lado com outras casas, pelas ruas do centro da cidade. Estas habitações eram também mal tratadas, tristes, feias e sujas, como as demais construções mencionadas, a julgar pelos relatórios das Delegacias de Higiene ou pelas notícias de jornal. Por vezes, são definidos como "casebres", termo que explicita a precariedade de sua construção, denunciando o uso da tábuas e não a alvenaria, o desleixo e o abandono das habitações. Outras são as típicas "casas-de-porta-e-janela", nome dado a uma habitação térrea, estreita, com



uma porta e uma janela abrindo para a rua, um corredor escuro e comprido dando para pequenos quartos enfileirados.

O foco da denúncia e da estigmatização era, contudo, centrado nos "cortiços" e nos "porões".

O "cortiço", habitação coletiva de gente pobre, é uma criação do fenômeno do adensamento populacional urbano. O "cortiço" é, por assim dizer, filho da questão social e iniciativa de capitalistas dedicados a explorar a escassez de moradia vinculada à valorização do solo urbano. Em um terreno dado, construía-se um galpão, dividindo-o em pequenas peças, ou então dispunham uma série de cubículos lado a lado, em torno de um pátio central. Por definição, o "cortiço" pressupõe falta de higiene, de ar, de luz, amontoamento e promiscuidade. Eram, na opinião dos jornais, uma espécie de habitação "indescritível", comparável a uma "aldeia chinesa", habitados por "gente da mais ínfima classe social".

(...) constróem um galpão, sem alinhamento, sem confortabilidade, dividem-se em centenas de nichos faltos de luz e de ar e por preço exorbitante alugam ao pobre proletário que vê-se na necessidade de habitá-lo<sup>26</sup>.

Por vezes, o articulista dos jornais descia até o inferno do cortiço, horrorizando-se com o espetáculo do que chamava "o ventre de Porto Alegre": "Toda a casinha era dividida em uma infinidade de aposentos escuros, minúsculos, dos quais saíam cabeças mal dormidas, com olhos ramelentos"<sup>27</sup>.

Por vezes, os registros acusam um outro tipo de moradia coletiva, a avenida. Foi considerada, pelo *Regulamento Geral de Construções* de 1913, como grupo de pequenas habitações em torno de um pátio ou quintal, cuja construção se proibia no âmbito do 1º distrito, tal como já se vinha fazendo desde o final do século com relação aos "cortiços". Por vezes associada com o "beco", a linguagem oficial considerava a aplicação do terreno como completamente inadequada, tendo em vista o léxico da modernidade urbanística<sup>28</sup>.

A "avenida" do vocabulário de estigmatização é tipicamente um espaço construído dos pobres e se aproxima, em sua disposição, ao anatematizado "cortiço", pela disposição das peças, exíguas, amontoadas e enfileiradas, ou então à sublocação de um "pardieiro". Na verdade, a "avenida" está no meio caminho entre o "beco" e o "cortiço": é viela, rua estreita e sem saída, espécie de brecha de uma rua, com "casebres" e/ou peças de madeira ladeando um espaço central, que funciona como pátio e como rua. Num entrecruzamento do público com o privado, o "beco" e a "avenida" confundem os usos do espaço, a desafiar a ordem que se intenta construir na cidade pelo discurso técnico, estético e higiênico.

O "pardieiro" vinha a representar a degradação das antigas construções, significando um edifício em ruínas. Antigas moradias, velhos sobrados e casarões haviam trocado de proprietário, dividindo-se entre novos moradores que ocupavam, cada família ou mesmo mais, uma peça do prédio. Por vezes, um "pardieiro" é designado como um "cortiço", a revelar o deslizamento do termo de um tipo de construção a outra, mas guardando o referencial de estigmatização: habitação de gente pobre, subdividida, suja, escura, mal arejada, qual a diferença real entre uma e outra?

O pior, contudo, seria a habitação em "porões". O subsolo das antigas casas passavam a dar abrigo à população pobre. O "porão" potencializava todas as más condições de vida das populações empobrecidas da cidade e era acusado de moradia infra-humana:

Além desses infectos cortiços, há a moradia em porões, o que por forma alguma deveria existir, pois está mais que provado que essas habitações são sumariamente nocivas não só aos que nela vivem

como também para a cidade em geral. Tanto os cortiços como os porões são úmidos e infectos, sendo em tudo e por tudo prejudiciais<sup>29</sup>.

No conjunto, as designações de "pardieiros, porões, cortiços e avenidas" referiam-se a habitações coletivas, superlotadas, infectadas e condenadas pela opinião pública em geral e pelo discurso oficial, que procurava coibir a sua proliferação no centro da cidade.

A presença de espaços e habitações estigmatizados na região central da cidade, na situação denominada de enclave, estimulava a visualização da questão urbana como uma questão social.

Mas, como se disse, os registros léxicos não se circunscreviam ao centro urbano, nominando outras áreas dos demais distritos da cidade ou da zona suburbana. A nomenclatura do espaço estigmatizado se enriquece com o que foi chamado de "lugares de exclusão", circundando a área central e dela se afastando, nas regiões onde progressivamente passou a se refugiar a pobreza, na medida em que as medidas de intervenção urbana tiveram início. Fora do centro e ao sul do Caminho do Meio, localizava-se o 2º distrito da cidade, compreendendo as áreas do Campo da Várzea, Cidade Baixa, Azenha, Menino Deus e Praia de Belas.

A Cidade Baixa, como o nome indicava, não só assinalava a natureza do terreno - as terras baixas que se estendem da vertente sul do promontório até a Praia do Riacho -, como também o nível sócio-econômico mais modesto dos seus moradores. A região teve um desenvolvimento vagaroso, e, no século XIX, enquanto se abriam algumas ruas, parte dela era constituída de mata densa, conhecida pelo nome de "emboscadas". Ora, a palavra indica local que oferece ameaça de ataques inesperados e que dizia respeito ao perigo para aquele que naquela região se aventurasse. A espessa vegetação servia de abrigo e refúgio para os escravos fugidos, sendo, portanto, espaço de contravenção, de cujos "moradores" se podia esperar toda sorte de ataques. Mas, ao final do século, as "emboscadas" já haviam sido substituídas por arruamentos e, mesmo com a desagregação do escravismo, o local deixou de cumprir a sua função<sup>30</sup>.

O espaço mais característico da estigmatização urbana foi aquele designado por "Areal da Baronesa". O termo designava a antiga chácara da Baronesa do Gravataí, vasta área que cumpria um papel próximo ao das citadas "Emboscadas": em parte cobertas por um matagal espesso, as terras da Baronesa do Gravataí eram procuradas pelos negros fugidos da escravidão, que lá iam se esconder.

Em torno da década de 70, as possessões da Baronesa eram conhecidas como Banda Oriental, nome que evocava as tropelias e desordens que ocorriam na região, tal como se dava do outro lado da fronteira. A alcunha da área, por outro lado, reproduzia a noção de fronteira, na qual o foragido encontrava abrigo após atravessá-la, ficando seus crimes impunes. Segundo o cronista Achylles Porto Alegre, que conhecera a região nessa época, havia ali um tenebroso "Beco da Preta", ou do Preto, de sinistra fama, alusivo à cor dos seus moradores e também à outra acepção da palavra, que configura situação perigosa e problemática<sup>31</sup>.

Após o incêndio que destruiu o solar da Baronesa, o terreno foi vendido e loteado a partir de 1879. Todavia, nenhum melhoramento urbano recebeu, e os terrenos baixos, no desembocadouro do riacho, alagadiços e expostos a freqüentes enchentes, fizeram da área um reduto da mais extrema pobreza, com uma população majoritariamente negra. Conhecida primeiro pela alcunha de "Arraial da Baronesa", apontava para o significado brasileiro do termo: um arraial é um lugarejo, espécie de aldeia que no caso se instalara em local que fora de propriedade da Baronesa. Cronistas antigos<sup>32</sup>, contudo, registram que a população, tendo em vista a quantidade de areia da região, passou a chamar o local de "Areal da Baronesa", designação esta que se substituiu à primitiva. No caso, quer parecer que a troca se dá numa inversão semântica que induz ao conteúdo depreciativo: com suas

socialidades condenadas, com sua malta de desordeiros e criminosos, o local não podia ser jamais um arraial: aquele povoado tranquilo, na interpenetração do urbano com o rural, com suas socialidades simples e vida pacata. Aproximando sonoridades de palavras com sentidos diferentes, a conotação arenosa do terreno alagadiço proporcionou a nomenclatura da região como "areal", termo que a cotidianeidade perpetuou, aprovando a irreverência da troca de nomes e sentidos.

Referindo-se a uma "outra cidade", tais palavras demarcavam socialidades marginais e eram impregnadas de um conteúdo depreciativo e irônico. No caso do "Areal da Baronesa", a acepção corrente apontava o lugar como ruim de morar, inconcebível para gente honesta e "de respeito". E, sobretudo, zona de negros. Nas palavras da cidade, a denominação debochada do areal deixava distante a evocação da antiga baronesa, proprietária original das terras.

Ainda na área das terras baixas e alagadiças ao sul da cidade, outra área pobre, hoje desaparecida com a canalização do riacho, foi a "Ilhota". O nome designa justamente a conformação da zona: um terreno cercado pelos meandros e voltas do riacho de um tal maneira que praticamente configurava uma ilha no seu interior, o que efetivamente se concretizou, quando, em 1905, o intendente municipal mandou ligar os dois braços do riacho por um canal, para facilitar a vazão das águas<sup>33</sup>. A "Ilhota" esteve sempre sujeita às freqüentes enchentes do riacho no meio do qual se encontrava. Como este fazia jus ao nome que veio a receber - Arroio Dilúvio -, a região estava freqüentemente alagada e, desde o início, sempre foi ocupada pelas camadas mais pobres da população, na sua quase totalidade, negros e mulatos. Na verdade, a situação de "ilha" se configurava pela estigmatização do espaço. A zona era de fato segregada, "ilhada" do resto da cidade, num deslocamento do sentido da palavra original: além de pedaço de terra isolado pelas águas, era também um espaço de isolamento social e exclusão. Fotos antigas nos mostram "casebres" amontoados, sem alinhamento, num labirinto de pequenas ruas e "becos", dos quais o mais temido, onde a polícia não se aventurava a entrar, era o "Buraco Quente", no coração da "Ilhota", cujo nome explicitava a periculosidade do local. A Ilhota era também sede e antro de desordens, com "botecos, bordéis e espeluncas", e tornou-se célebre pelos batuques, palavra sulina para designar os candomblés ou candombes dos pretos. Sempre associada com as práticas e socialidades religiosas e festivas dos negros que a habitavam, a "Ilhota" também era sede de um animado e popularíssimo carnaval. Compôs, ao longo dos anos 20 e 30, um reduto de boemia das camadas baixas da população, sempre sujeito às investidas da polícia e palco de desordens e de crimes.

Junto com o "Areal da Baronesa", a "Ilhota" constituía-se numa espécie de cinturão negro e pobre ao sul da cidade, identificando parte do 2º distrito como uma zona pouco valorizada e, como tal, nomeada por expressões portadoras de um nítido estigma.

No 3º distrito da cidade, compreendido pela zona ao norte da Várzea e da Estrada do Meio, situava-se um outro local de exclusão urbana e que compunha o seu cinturão negro e pobre.

A chamada "Colônia Africana" ocupava uma área da cidade para além dos Campos da Várzea, onde tinham começado a se localizar os negros em torno da época da Abolição. Atente-se ao fato de que estes não estavam presentes só nestas zonas, mas tenderam a concentrar-se em áreas específicas, seja nos espaços de enclave, anteriormente citados, seja nestes espaços ditos de exclusão, para além da zona central, na periferia da cidade da transição do século.

No caso da "Colônia Africana", as palavras revelam claramente o estigma racial que acompanhou os egressos da escravidão: porque habitada predominantemente por negros, a identificação com a África remonta à origem escrava de sua população. Já a designação de "colônia" para a área continha uma inversão de sentidos de cunho acentuadamente irônico. "Colônias" eram as comunidades dos imigrantes estrangeiros, alemães e italianos, estabelecidos em regime de pequena propriedade para dedicarem-se à agricultura de subsistência e que se constituíram ao longo do vale

do Rio dos Sinos e da encosta da serra. No processo de desagregação da escravatura, os egressos da servidão, força de trabalho por excelência de um sistema que vigorara por três séculos, passaram a ser associados à vagabundagem, enquanto os imigrantes se tornaram a referência emblemática do trabalho regenerador. Assim, numa inversão de significados, o registro lingüístico que designava a área de "Colônia Africana" debochava sobre o real caráter daquele espaço urbano, que se identificava com o não-trabalho, com o crime e com os vícios<sup>34</sup>. Os jornais da época são pródigos em notícias que sensacionalizam as práticas e as ocorrências daquele lugar. "Tenebroso inferno"<sup>35</sup>, "corte do crime", "sinistramente célebre arrabalde"<sup>36</sup>, "bairro fatídico" são algumas das designações utilizadas pela imprensa para a mal falada "Colônia Africana", cujo nome passou também a figurar na linguagem dos relatórios oficiais.

As expressões utilizadas para designar a "Colônia Africana" - *Cour des Miracles*, "resumo da Calábria antiga"<sup>37</sup> - são muito elucidativas para demonstrar os caminhos seguidos pela linguagem da alteridade condenada, quando analisamos sob o ponto de vista do simbólico. A "Colônia Africana" e o "Areal da Baronesa" são exemplos de uma linguagem metafórica que se vale da ironia, cujas associações, transposições de sentidos e recursos ao cômico lidam com imagens com significado para a época.

As referências discriminatórias dos jornais apontam a cor dos indivíduos que lá habitam ou transitam e que são autores de crimes, desordens e bebedeiras: são em geral negros, mulatos, pardos, crioulos, numa seqüência variada de designações que se referem todas a uma conotação racial precisa.

Embora a "Colônia Africana" contasse também com "becos", casas modestas e fosse uma área também deficiente nos serviços urbanos, sua forma de construção típica, assim como a do "Areal da Baronesa" e da "Ilhota", era a "maloca". A palavra "maloca" corresponde a uma casa de habitação índia, que abriga várias famílias, podendo mesmo designar uma aldeia indígena; numa outra acepção, é também equivalente a esconderijo ou, ainda, um grupo de salteadores, de indivíduos de má índole. Na sua versão local, a "maloca", habitação do pobre, era, tal como a casa dos índios, um local que abrigava muita gente, por vezes mais de uma família. Partilhava, pois, das mesmas características das habitações dos miseráveis da urbe: a superlotação do espaço, a promiscuidade, a precariedade do viver.

Por outro lado, a associação do lugar com as práticas sociais de seus habitantes incorpora o outro sentido da "maloca": nestas casas, ou melhor, casebres, abrigavam-se e, sobretudo, ocultavam-se elementos de mau proceder.

A topologia simbólica dos lugares estigmatizados da urbe associa assim a pobreza ao perigo e à contravenção, estabelecendo ainda correlação entre cor, condição social e comportamento desviante. No caso específico da maloca, procede-se a uma associação entre uma palavra de um determinado contexto para outro, mas onde o sentido depreciativo se acentua para potencializar a estigmatização.

Anos passados, a cidade mudada, tais espaços estão hoje irreconhecíveis, mas operam como "lugares de memória" às avessas. Por vezes, a carga simbólica pejorativa continua presente, mesmo depois das intervenções que redesenharam o local, a conferir uma depreciação do valor do solo urbano em tais áreas. É o caso específico das áreas limítrofes entre a Cidade Baixa e o bairro Menino Deus, na zona sul, na então zona da Ilhota e do "Areal da Baronesa". Por outra, mesmo que a região tenha, com os seus novos ocupantes, redefinido a sua valoração enquanto espaço urbano habitável, a memória da antiga denominação persiste, mas como uma curiosidade, um ponto de referência pitoresco, em contraste com o novo aspecto e as novas socialidades que aí se localizam. É o caso específico da "Colônia Africana", zona altamente valorizada da metrópole. No velho

centro da cidade, os antigos "becos", ao desaparecerem, levaram consigo as denominações antigas e varreram da memória a toponímia estigmatizadora. Mas, por um processo contemporâneo de degradação da área central, os pobres voltaram a reocupar estas áreas, nelas fazendo seu ponto de encontro ou de trabalho, naquele mercado invisível que caracteriza a economia brasileira contemporânea e que ocupa uma posição de centralidade na urbe.

Cabe lembrar que, hoje, Porto Alegre ostenta, em seu centro, na esquina que cruza duas de suas ruas mais importantes - a avenida Borges de Medeiros, que foi, no início da década de 30, o paradigma da metropolização da cidade, e a rua da Praia, passarela elegante da *urbs* desde o século XIX -, um ponto conhecido como "a esquina do Zaire", tal a concentração de negros que aí circulam e se encontram para conversar.

Enfim, a linguagem da estigmatização se reatualiza e constrói "lugares de memória" às inversas, onde se estabelecem pontos de ancoragem para a identificação da alteridade condenada, mesmo que, com o passar dos anos, estes venham a dulcificar o léxico original pejorativo, com uma versão de algo "pitoresco", naturalmente porque ocorreu há muito tempo...

## NOTAS

\* *Alice au pays des merveilles. De l'autre côté du miroir.* Paris, Gallimard, 1994, p. 274.  
[ [Links](#) ]

<sup>1</sup>BOURDIEU, Pierre. *Coisas ditas.* São Paulo, Brasiliense, 1990, p. 162. [ [Links](#) ]

<sup>2</sup>BOURDIEU, Pierre. "L'identité et la représentation: éléments pour une réflexion critique sur l'idée de la région". In *Actes de la Recherche en Sciences Sociales.* Paris, nº 35, nov. 1980, p. 67.  
[ [Links](#) ]

<sup>3</sup>*Idem.*

<sup>4</sup>BOURDIEU, Pierre. *Ce qui parler veut dire.* Paris, Fayard, 1982, p. 14. [ [Links](#) ]

<sup>5</sup>*Idem*, p. 60.

<sup>6</sup>BOURDIEU, Pierre. *op. cit.*, p. 153 e ss.

<sup>7</sup>Conforme, entre outros: ANTOLINI, A. & Bonello, Y. *Les villes du désir.* Paris, Galilée-Débats, 1994. LAMIZET, Bernard & Sanson, Pascal. *Les langages de la ville.* Paris, Éditions Parenthèses, 1997. \_\_\_\_\_. *Lire la ville.* Número Hors - Série, juin 1996. PESAVENTO, Sandra Jatahy. "Um novo olhar sobre a história: a nova história cultural e as representações do urbano". In MAUCH, Cláudia *et alii.* *Porto Alegre na virada do século 19: cultura e sociedade.* Porto Alegre, Ed. da Universidade, 1994. PESAVENTO, Sandra Jatahy. "Muito além do espaço: por uma história cultural do urbano". In *Estudos Históricos.* Rio de Janeiro, vol. 08, nº 16, 1995, pp. 279-290. SENNET, Richard. *La ville à vue d'oeil.* Paris, Plon, 1992.

<sup>8</sup>Destaque merece o chamamento de Jean Claude Depaule e Christian Topalov, *La ville à travers ses mots (Le Courrier du CNRS.* Villes, jun. 1996).

<sup>9</sup>*Atos da Intendência Municipal de Porto Alegre.* 1892-1930. [ [Links](#) ]

- <sup>10</sup>A *Gazetinha*. Porto Alegre, 12/05/1898. [ [Links](#) ]
- <sup>11</sup>O *Independente*. Porto Alegre, 18/02/1906. [ [Links](#) ]
- <sup>12</sup>A *Gazetinha*. Porto Alegre, 12/01/1896. [ [Links](#) ]
- <sup>13</sup>*Idem*. Porto Alegre, 20/02/1896.
- <sup>14</sup>*Gazeta da Tarde*. Porto Alegre, 27/04/1895. [ [Links](#) ]
- <sup>15</sup>*Idem*. Porto Alegre, 30/03/1897.
- <sup>16</sup>*Idem*. Porto Alegre, 04/08/1897.
- <sup>17</sup>*Idem*. Porto Alegre, 27/07/1897.
- <sup>18</sup>O *Independente*. Porto Alegre, 17/02/1919. [ [Links](#) ]
- <sup>19</sup>*Gazeta da Tarde*. Porto Alegre, 08/01/1896; 03/04/1897; 14/06/1897. [ [Links](#) ]
- <sup>20</sup>*Idem*. Porto Alegre, 09/11/1898.
- <sup>21</sup>Cf. FERREIRA, Athos Damasceno. *Palco, salão e picadeiro em Porto Alegre no século XIX*. Porto Alegre, Globo, 1956.
- <sup>22</sup>A *Gazetinha*. Porto Alegre, 19/01/1896. [ [Links](#) ]
- <sup>23</sup>*Idem*. Porto Alegre, 23/01/1893.
- <sup>24</sup>*Idem*. Porto Alegre, 02/02/1896.
- <sup>25</sup>CORUJA, Antônio Álvares Pereira. *Antigualhas: reminiscências de Porto Alegre*. Porto Alegre, ERUS, 1983, p. 16. [ [Links](#) ]
- <sup>26</sup>A *Gazetinha*. Porto Alegre, 20/07/1898. [ [Links](#) ]
- <sup>27</sup>*Gazeta da Tarde*. Porto Alegre, 27/04/1895. [ [Links](#) ]
- <sup>28</sup>*Regulamento Geral de Construções*. 1913. Porto Alegre, A Federação, 1913. [ [Links](#) ]
- <sup>29</sup>A *Gazetinha*. Porto Alegre, 20/07/1898. [ [Links](#) ]
- <sup>30</sup>Conforme as crônicas de: PORTO ALEGRE, Achylles. *História popular de Porto Alegre*. Porto Alegre, Ed. da Universidade, 1994, p. 60. [ [Links](#) ] SANHUDO, Ary Veiga. *Porto Alegre: crônicas de minha cidade*. Porto Alegre, DAC/SEC/IEL/UCS, 1979, p. 208.
- <sup>31</sup>PORTO ALEGRE, Achylles. *op. cit.*
- <sup>32</sup>SANHUDO. *op.cit.*, p. 203.
- <sup>33</sup> Cf.: FRANCO, Sérgio da Costa. *Guia histórico de Porto Alegre*. Porto Alegre, Ed. da Universidade, 1988, p. 211. [ [Links](#) ]

<sup>34</sup> Para a Colônia Africana, consultar: KERSTING, Eduardo. *Indícios em representações: denominações em torno da Colônia Africana*. Porto Alegre, PPG em História/UFRGS, 1997; MAUCH, Cláudia. *Colônia Africana: marginalidade e controle social*. Porto Alegre, PPG em História/UFRGS, 1988.

<sup>35</sup> *Gazeta da Tarde*. Porto Alegre, 13/07/1896 [ [Links](#) ]

<sup>36</sup> *A Gazetinha*. Porto Alegre, 1º/03/1896. [ [Links](#) ]

<sup>37</sup> *Gazeta da Tarde*. Porto Alegre, 16/07/1895. [ [Links](#) ]

*Artigo recebido em ago./98, aprovado em set./98*

Todo o conteúdo deste periódico, exceto onde está identificado, está licenciado sob uma Licença Creative Commons

*ANPUH*

Av. Professor Lineu Prestes, 338  
Cidade Universitária  
Caixa Postal 8105  
05508-900 São Paulo SP Brazil  
Tel. / Fax: +55 11 [3091-3047](tel:+551130913047)

 e-Mail

[rbh@usp.br](mailto:rbh@usp.br)